

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.524 - RJ (2019/0337042-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BANCO J. SAFRA S.A  
**ADVOGADO** : SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - RJ159947  
**RECORRIDO** : ANA FLAVIA BARBOSA PEREIRA SOUSA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO J SAFRA S/A, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 485 INC. III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APELO DO AUTOR PARA ANULAÇÃO DA SENTENÇA. O JUÍZO A QUO PRESTIGIOU A CELERIDADE E A EFICIÊNCIA. NÃO SE PODE ADMITIR PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA POR AUSÊNCIA DE INICIATIVA DO AUTOR. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO. ART. 5º, LXXVIII CF/88 – EC/45. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO." (e-STJ, fl. 254)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação ao art. 485, inciso III, §1º do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese (a) que a extinção da demanda por abandono de causa exige a ciência inequívoca da parte mediante sua intimação pessoal para dar prosseguimento ao feito e (b) que diversamente do afirmado pelo Tribunal de origem, a ausência de citação constitui abandono da causa e não ausência de pressuposto de validade e desenvolvimento processual, sendo que a citação não ocorreu por má-fé da parte recorrida.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

O Tribunal de origem afirmou que o desatendimento reiterado de andamento

ao feito motivou a extinção do processo e diante da necessidade de garantir a razoável duração do processo, desnecessária intimação pessoal da parte, *in verbis*:

*"Com efeito, o processo foi extinto porque a parte autora por diversas vezes não deu andamento necessário ao feito, conforme era o esperado, afinal era o maior interessado na tutela jurisdicional.*

*Desta forma, como bem ressaltou o Magistrado de Origem, é notório que a Carta Magna de 1988 no art. 5º inc. LXXVIII informa pela razoável duração do processo, garantindo a celeridade da tramitação. Nesse passo, os jurisdicionados devem colaborar para que a prestação jurisdicional seja eficiente.*

*Ademais, no presente caso, a parte autora não prestigiou o princípio da razoabilidade, uma vez que o autor buscou o Poder Judiciário para garantir o que afirma ser um direito, mas não cumpriu com as diligências determinadas pelo Juízo, e foram várias as oportunidades dadas, eternizando, assim, o processo. Assim que, procrastinando como o fez, fingindo que está impulsionando o processo, a parte autora mereceu ter o feito extinto por inércia.*

*Nesta caminhada, entendemos que o §1º do art. 267 do CPC, o qual determina a intimação pessoal da parte ao determinar a extinção do feito por inércia deve sim ser revista, adequando-o ao que propõe a CFRB quando garante ao jurisdicionado a celeridade processual. Prestigiando a celeridade, a eficiência do processo e uma maior otimização dos trabalhos da serventia.*

*Assim que, diante de toda a procrastinação em cumprir com a ordem judicial, a parte autora demonstrou falta de interesse processual." (e-STJ, fl. 258)*

Nesse ponto, não se desconhece a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a extinção por abandono de causa exige a prévia intimação pessoal da parte autora, senão vejamos:

***"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR REALIZADA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.***

***1. Para a extinção da ação por abandono da causa, é obrigatória a intimação pessoal da parte autora, sendo desnecessária a intimação de seu advogado. Precedentes.***

***2. Agravo interno a que se nega provimento."***

***(AgInt nos EDcl no AREsp 1328519/GO, Rel. Ministro RAUL***

**ARAÚJO, QUARTA TURMA**, julgado em 10/10/2019, DJe 25/10/2019)

Contudo, o presente caso possui a peculiaridade de ter sido extinto pela ausência de atendimento de realização de diligência visando a efetivação de busca e apreensão de veículo e a citação e intimação da parte recorrida, ou seja, com base nos incisos III e IV do CPC/15, *in verbis*:

*"É cediço que a CRFB/88 em seu artigo 5º, inciso LXXVIII, prima pela razoável duração do processo com seus meios que garantam a celeridade de sua tramitação, mas também é certo que os jurisdicionados devem colaborar para que a prestação jurisdicional possa ser mais eficiente, pelo que foge ao princípio da razoabilidade um processo que em sua exordial requerer-se a concessão de liminar, cujo veículo não foi apreendido e a ré sequer foi citada, continue arrastando-se desde 2016, "eternizando-se", e emperrando a máquina administrativa, posto que o autor, por diversas vezes, já fora intimado com fulcro no artigo 485 III, § 1º do CPC, procrastinando o andamento do feito, sem efetivamente entrar em contato com o Sr. OJA, visando agendamento para a realização da diligência, em consonância ao que dispõe PROVIMENTO CGJ Nº 77, de 27/10/2009.*

*Em consequência, considerando o exposto, com fulcro no artigo 485, incisos III e IV do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito e, condeno o autor no pagamento das custas processuais." (e-STJ, fl. 211)*

Dessa forma, considerando a ausência de citação e de formação da relação processual, a decisão de origem está em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não havendo o pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, a extinção do processo não exige a intimação pessoal prévia do autor.

Nesse mesmo sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE EXEQUENTE.**

*1. Ausência de violação ao artigo 932 do CPC. Segundo o entendimento sumulado no enunciado 568 do STJ, "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento*

*dominante acerca do tema", como é o caso dos autos. Ademais, a possibilidade de interposição de insurgência para apreciação do órgão colegiado (artigo 1.021 do CPC) afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade.*

*Precedentes.*

**2. Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação configura ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando a sua extinção, sendo prescindível a intimação prévia da parte demandante.**

**2.1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada na instância ordinária no tocante à desídia da parte em promover a triangularização processual, em período superior a 90 (noventa) dias, medida vedada pela via do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ.**

**3. Agravo interno desprovido.**

*(AgInt no AREsp 916.097/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 12/11/2019)*

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. INÉRCIA DA PARTE PARA PROMOVER A CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. ART. 485, IV, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

**1. A jurisprudência desta Corte possui entendimento no sentido de ser desnecessária a intimação pessoal da parte autora para extinção do feito sem resolução do mérito, com amparo no art. 485, IV, do CPC/2015.**

**2. A intimação pessoal da parte é exigida nos casos de extinção do feito por abandono (art. 485, §1º do CPC/2015). Hipótese diversa da dos autos, em que a parte autora não procedeu as medidas necessárias para a citação, não obstante ter sido intimada para tanto.**

**3. Agravo interno não provido.**

*(AgInt no AREsp 1480641/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019)*

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. FALTA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGULAR E VÁLIDO DO PROCESSO.**

*INTIMAÇÃO DO AUTOR. DESNECESSIDADE. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83/STJ.*

*1. "A falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor" (AgInt no AREsp n. 1409923/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1/7/2019).*

*2. Inadmissível o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).*

*3. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.*

*(AgInt no AREsp 1509749/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)*

Incidência, portanto, da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator